

Anuários Estatísticos Regionais

2007

Anuários Estatísticos Regionais – Informação estatística à escala regional e municipal

Através dos Anuários Estatísticos Regionais, o INE disponibiliza informação estatística de base regional e indicadores de suporte à caracterização das principais dinâmicas territoriais de Portugal.

Os Anuários Estatísticos Regionais constituem a publicação de referência na disponibilização de informação estatística à escala regional e municipal, servindo de suporte à leitura das trajectórias de desenvolvimento regionais e ao estudo de problemáticas de base territorial.

A cada região NUTS II corresponde um volume autónomo: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores (da responsabilidade do SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores) e Região Autónoma da Madeira (da responsabilidade da DREM - Direcção Regional de Estatística da Madeira).

No início de cada subcapítulo, apresenta-se um quadro com um conjunto de indicadores de síntese, visando a comparação do posicionamento relativo das diferentes unidades territoriais nos fenómenos retratados. Os quadros de informação são apresentados em formato bilingue (português e inglês).

A título ilustrativo, apresenta-se um exemplo de um quadro do subcapítulo das Empresas.

III.3.1 - Indicadores das empresas por município, 2006

III.3.1 - Indicators of enterprises by municipality, 2006

	Densidade de empresas	Proporção de micro-empresas	Proporção de pequenas e médias empresas	Pessoal ao serviço por empresa	Volume de negócios por empresa	Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas
	N./km ²	%	%	N.º	milhares de euros	%
Portugal	11,8	95,4	4,5	3,4	305,5	5,6
Continente	11,7	95,5	4,5	3,4	305,4	5,9
Norte	16,6	94,5	5,4	3,6	252,9	5,9
Minho-Lima	10,2	95,7	4,2	2,9	165,0	10,5
Arcos de Valdevez	3,8	97,1	2,9	2,4	104,7	20,3
Caminha	15,1	97,6	2,4	2,3	94,0	21,1
(...)						
	Density of enterprises	Proportion of micro-enterprises	Proportion of small and medium enterprises	People employed by enterprise	Turnover by enterprise	Turnover concentration index of the 4 largest enterprises
	No./km ²	%	%	No.	thousands euros	%

© INE, Portugal, 2008. Anuários Estatísticos Regionais 2007/Regional Statistical Yearbooks 2007. Informação disponível até 30 de Setembro de 2008. Information available till 30th September, 2008.

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Source: INE, Integrated Business Accounts System.

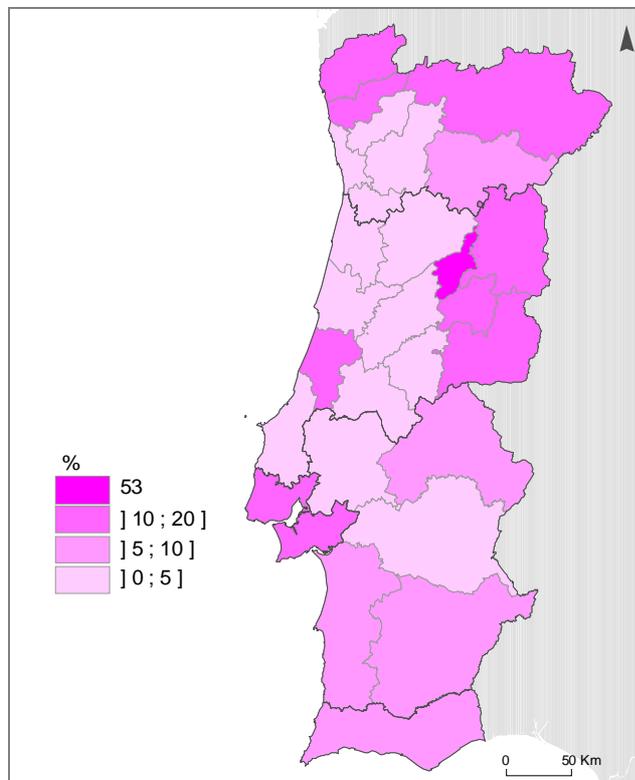
TERRITÓRIO

Em 2007, cerca de 8% da área do Continente estava afectada à rede nacional de áreas protegidas, correspondendo a 701 685 hectares que compreendiam parques naturais (80% do total de áreas protegidas), um parque nacional (Peneda-Gerês, na região Norte), reservas naturais, paisagens protegidas, monumentos naturais e sítios classificados. A espacialização da percentagem de área afectada à Rede Nacional de Áreas Protegidas destaca os territórios das regiões Norte e Centro fronteiriços a Espanha e o território que compreende a Área Metropolitana de Lisboa.

A análise por NUTS III revela que a maior proporção de área protegida se situava na Serra da Estrela, em que 53% da área total estava classificada como parque natural. O Alto Trás-os-Montes era a NUTS III que mais contribuía para a extensão nacional de área protegida - 145 mil hectares que correspondiam a 18% do seu território. Em proporção, seguiam-se, com 16%, o Minho-Lima e a Grande Lisboa (neste caso, em grande parte devido ao parque natural de Sintra-Cascais e ao estuário do Tejo).

Finalmente, saliente-se a Península de Setúbal com 13% da sua área afectada à Rede Nacional de Áreas Protegidas, sobretudo devido ao parque natural da Arrábida e aos estuários do Tejo e Sado.

Proporção de área afectada à rede nacional de áreas protegidas, por município do Continente, 2007



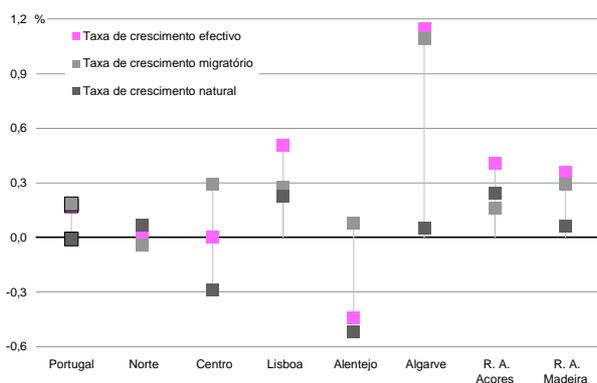
POPULAÇÃO

A 31 de Dezembro de 2007, a população residente em Portugal foi estimada em 10 617 575 indivíduos. Pela primeira vez desde 1918, o saldo natural foi negativo, ou seja, o número de óbitos excedeu o número de nados-vivos. Contudo, entre 2006 e 2007, o crescimento efectivo da população foi positivo (+0,17%), colocando em evidência a importância da componente migratória na evolução da população residente. Note-se que, neste período, a taxa de crescimento migratório foi estimada em +0,18%.

Em termos regionais, apenas no Alentejo se registou um decréscimo da população, tendo-se verificado

uma estagnação no número de residentes da região Centro. A componente migratória foi determinante para o crescimento populacional e superior à componente natural em todas as regiões, com excepção da Região Autónoma dos Açores e do Norte. Importa salientar, neste contexto, que o Norte foi a única NUTS II do país onde a taxa de crescimento migratório foi negativa. O Algarve foi a região que apresentou, entre 2006 e 2007, o maior crescimento relativo da população (+1,15%) pela expressão significativa que a componente migratória assumiu nesta região (+1,09%, a maior taxa de crescimento migratório entre as regiões NUTS II do país).

Taxas de crescimento da população, por NUTS II, 2006/2007

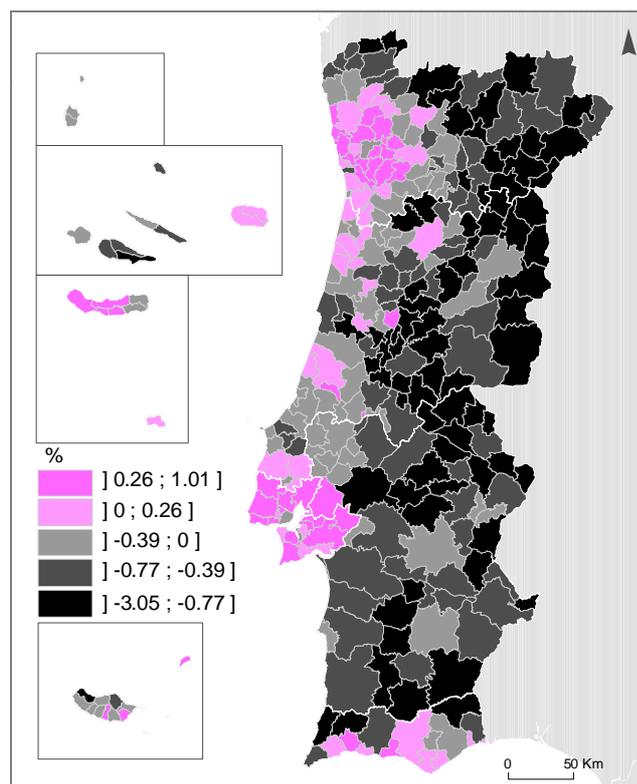


O Alentejo e o Centro foram as únicas NUTS II a apresentar uma dinâmica negativa da componente natural da evolução da população. De facto, é nestas regiões (e no Interior do país, de uma forma geral) que se situam a maior parte dos municípios com maiores diferenças relativas entre o número de óbitos e o número de nados-vivos. Vila Velha de Ródão (-3,04%), Alcoutim (-2,48%), Gavião (-2,19%) e Pampilhosa da Serra (-2,08%) apresentavam os

maiores decréscimos das taxas de crescimento natural.

Os municípios em que o saldo natural foi positivo situavam-se sobretudo nos centros urbanos do Litoral (nomeadamente nos territórios metropolitanos do Porto e de Lisboa, e no Algarve) e em alguns municípios das Regiões Autónomas (Ribeira Grande e Lagoa, na Região Autónoma dos Açores, e Santa Cruz e Câmara de Lobos, na Região Autónoma da Madeira, apresentavam os crescimentos naturais mais expressivos no país).

Taxa de crescimento natural da população, por município, 2007

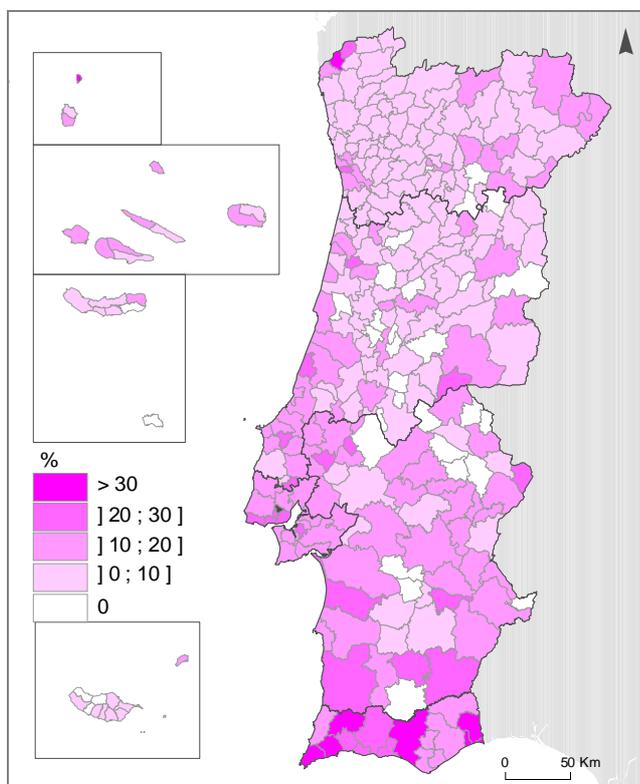


A importância da componente migratória internacional nas dinâmicas sócio-territoriais em Portugal está patente na proporção de casamentos

entre portugueses e estrangeiros. Este indicador aumentou em Portugal, de 2,7%, em 2000, para 12,3%, em 2007.

O Algarve foi a região NUTS II em que se registou a maior proporção de casamentos entre portugueses e estrangeiros em 2007 (26%), e que apresentou, ao nível municipal, as proporções mais elevadas neste indicador: Castro Marim (47%), Lagos (43%), Vila do Bispo (27%), Loulé e Vila Real de Santo António (32%) e Monchique (31%). Verificaram-se ainda elevadas proporções de casamentos entre portugueses e estrangeiros nos municípios de Vila Nova de Cerveira (36%), Amadora (30%) e Mértola, Valença e Vila Velha de Ródão (26% nos três casos).

Proporção de casamentos entre portugueses e estrangeiros, por município, 2007



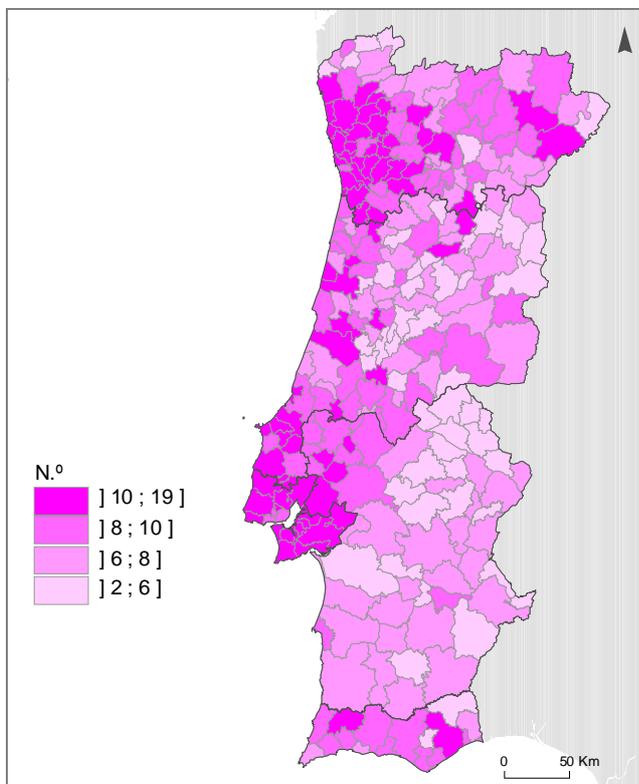
Nota: Não existe valor para Odivelas devido à inexistência de Conservatória de Registo Civil neste município.

EDUCAÇÃO

No ano lectivo de 2006/2007, nos estabelecimentos de ensino básico e de ensino secundário do Continente, existia um computador por 9,5 alunos. O número médio de alunos por computador era mais elevado no 1º ciclo do ensino básico (13,9 alunos por computador), diminuindo nos estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclos (9,0 e 8,8, respectivamente), e ensino secundário (6,9).

Em termos territoriais, nas escolas dos municípios do Interior do Alentejo e do Centro, havia mais disponibilidade de computadores, tendo em conta o número de alunos. Os municípios do Continente que apresentaram menor número de alunos por computador foram Alcoutim (2,1), Vila Velha de Ródão (2,6), Marvão e Barrancos (3) e Pedrógão Grande (3,3).

Número médio de alunos por computador nos ensinos básico e secundário, por município do Continente, 2006/2007



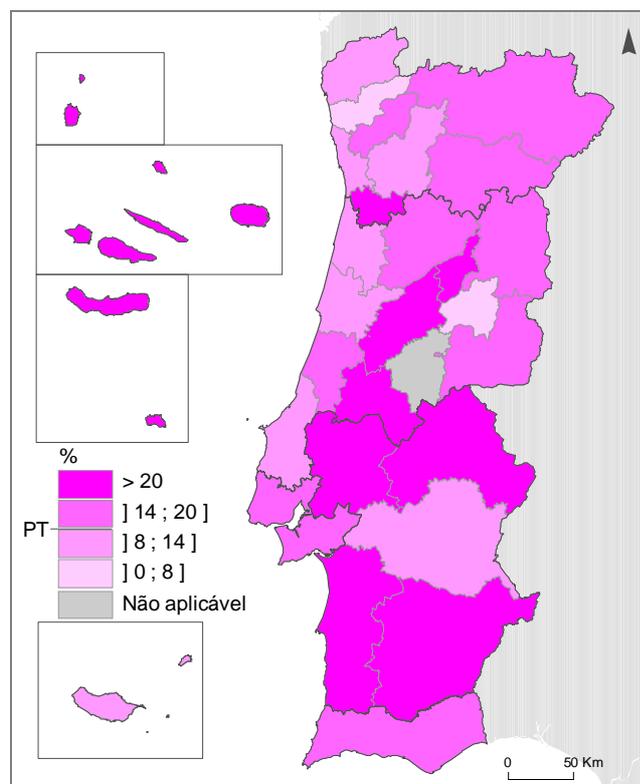
O número médio de alunos por computador era superior nos municípios mais populosos, nomeadamente, nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Os valores máximos do país verificavam-se nos municípios de Arruda dos Vinhos (18,1), Penafiel (17,4), Marco de Canaveses (17,2), Sesimbra (16,5) e Benavente (16,1).

Em Portugal, no ano lectivo de 2007/2008 estavam inscritos no ensino superior 376 917 alunos (mais cerca de 3% do que no ano lectivo anterior), estando 14,2% destes alunos inscritos através da “via maiores de 23 anos”. Esta via dizia respeito ao regime “Provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos”. Em

termos regionais, esta modalidade de inserção no ensino superior tinha mais importância nos estabelecimentos de ensino das NUTS III do Alentejo e do Centro. Os valores mais elevados em termos de sub-regiões situavam-se nos estabelecimentos do Alentejo Litoral (com 63% de inscritos no ensino superior pela “via maiores de 23 anos”), Entre Douro e Vouga (33%), Médio Tejo e Alto Alentejo (30%).

As proporções mais baixas verificavam-se na Cova da Beira (onde se situa o pólo universitário da Covilhã), no Cávado e no Tâmega (8% de inscritos por esta via), no Baixo Vouga e Baixo Mondego (9%).

Proporção de inscritos via “maiores de 23 anos” no total de inscritos no ensino superior, por NUTS III, 2007/2008



RENDIMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA

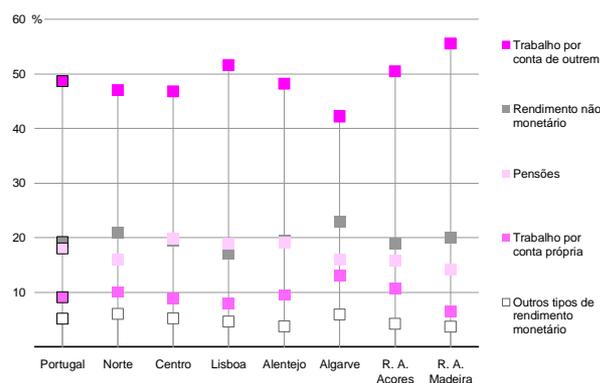
Em 2005, os agregados familiares em Portugal tinham um rendimento líquido anual médio de 22,1 mil euros, valor só superado, em termos regionais, por Lisboa (o valor máximo das NUTS II, com 27,5 mil euros) e pela Região Autónoma dos Açores (23,5). O rendimento médio por agregado mais baixo situava-se no Alentejo (18,3 mil euros). A despesa média dos agregados do país (neste caso para o período de 2005/2006) correspondia a cerca de 80% do valor do rendimento líquido, situando-se em 17,6 milhares de euros anuais. A hierarquia das regiões em termos da despesa total não era significativamente diferente da do rendimento, mantendo-se Lisboa como a região com maior valor de despesa por agregado (20,7 mil euros) e o Alentejo como a região em que os agregados gastavam menos (14,1 mil euros em média). Note-se que o Algarve, apesar de apresentar um rendimento médio por agregado próximo da média nacional, era a segunda região com a despesa média por agregado mais elevada, ultrapassando os valores médios nacional e da Região Autónoma dos Açores.

Rendimento (2005) e despesa (2005-2006) por agregado, por NUTSII



Em 2005, cerca de 49% do rendimento líquido dos agregados portugueses provinha do trabalho por conta de outrem, verificando-se ainda que o rendimento não monetário (que compreende, o autoconsumo de bens de produção própria, o autoabastecimento de bens ou serviços obtidos sem pagamento em estabelecimento explorado pelo agregado, o valor hipotético de renda de casa dos agregados proprietários ou usufrutuários de alojamento gratuito, e os rendimentos em género e salários em espécie) era a segunda principal fonte de rendimento (19%). Apenas no Centro e em Lisboa, a importância do rendimento proveniente de pensões ultrapassava o rendimento não monetário, constituindo a segunda principal fonte de rendimento. Em termos regionais, importa salientar a Região Autónoma da Madeira, Lisboa e a Região Autónoma dos Açores, regiões onde o peso do rendimento proveniente do trabalho por conta de outrem no total do rendimento líquido ultrapassava a proporção nacional.

Estrutura do rendimento líquido anual por agregado e tipo de rendimento, por NUTS II, 2005

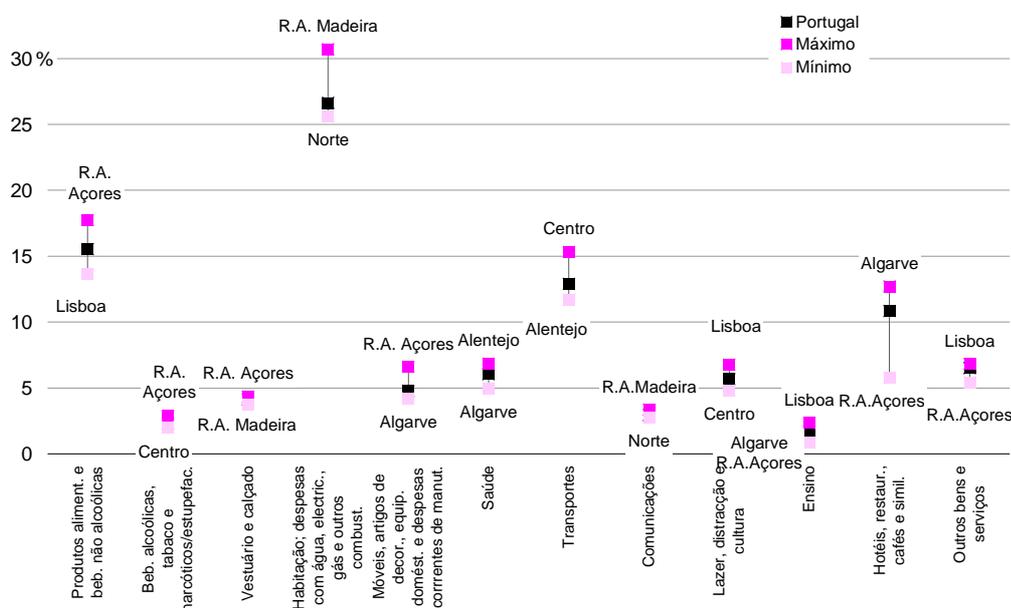


Em 2005/2006, mais de um quarto da despesa dos agregados familiares portugueses, independentemente da região, era feita em

Habituação, água, electricidade, gás e outros combustíveis (na Região Autónoma da Madeira esta proporção ultrapassava os 30%). O segundo maior montante de despesa foi efectuado nos *Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* (16% das despesa média dos agregados nacionais), verificando-se que Lisboa era a região onde esta classe de despesa tinha menos importância (13,6% da despesa total). A despesa em *Transportes* surgia

em terceiro lugar (absorvia 13% das despesa média em Portugal) e assumia a maior expressão na região Centro. As maiores disparidades na estrutura regional da despesa verificaram-se, para além da classe da *Habituação, água, electricidade, gás e outros combustíveis*, também nos *Hotéis, restaurantes, cafés e similares*, cujo peso nos orçamentos familiares variava entre 5,8% na Região Autónoma dos Açores e 12,7% no Algarve.

Estrutura da despesa total média por agregado e divisão da COICOP, por NUTS II, 2005/2006



EMPRESAS

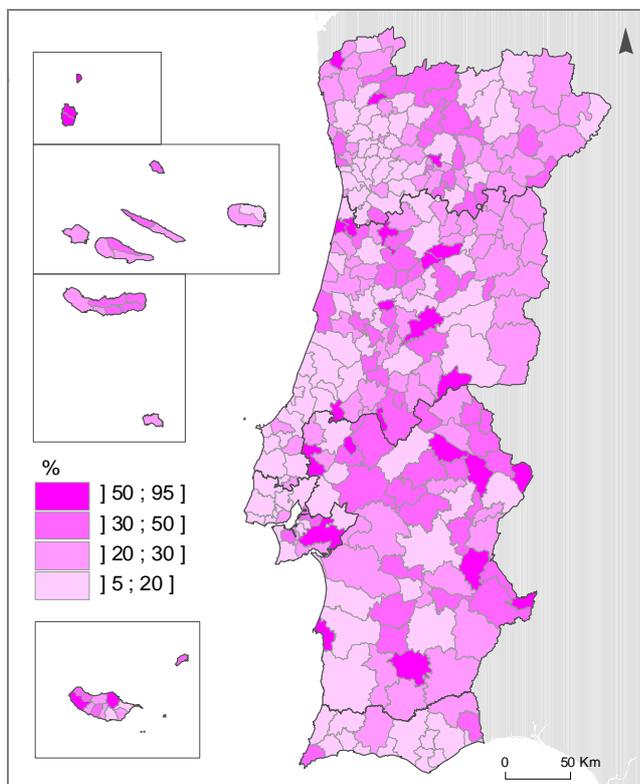
Em 2006, existiam em Portugal 1 085 435 empresas que geravam um volume de negócios de 331,6 mil milhões de euros. Ao nível do país, as 4 empresas com maior volume de negócios contribuíam com 5,6% do volume de negócios gerado em Portugal.

Ao nível municipal, um valor elevado do indicador de concentração das 4 maiores empresas sugere

uma forte dependência da dinâmica da economia local. Os municípios que apresentavam, em 2006, o indicador de concentração mais elevado situavam-se sobretudo no Interior do Continente ou nas regiões insulares: Santana (94%), Castro Verde (92%), Vila Velha de Ródão (85%), Mangualde (79%), Constância (76%), Alcanena (71%) e Campo Maior (70%). Nestes municípios, a deslocalização ou dissolução de uma destas empresas poderá ter um

impacto significativo na actividade económica. Em situação oposta, surgem municípios cuja actividade económica local está menos dependente de poucas empresas, isto é, a geração de volume de negócios está mais repartida. Os menores graus de concentração nos municípios do país situavam-se em Felgueiras (6%), Odivelas, Barcelos, Guimarães e Loulé (7%) e Fundão (8%).

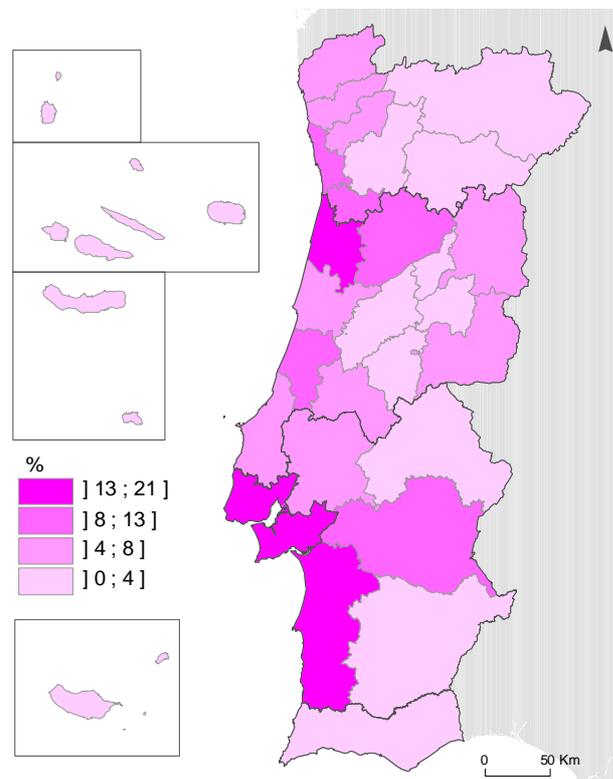
Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas, por município, 2006



Dos 78 mil milhões de euros de VAB gerado no país em 2006, cerca de 12% provinha de sectores de alta e média-alta tecnologia. Em termos regionais, este valor só era superado no Alentejo Litoral (21%), Baixo Vouga (20%), Grande Lisboa (17%) e Península de Setúbal (14%). As proporções mais baixas de VAB gerado por sectores de alta e média-

alta tecnologia situavam-se no Interior do país e nas regiões autónomas, com valores quase residuais.

Proporção de VAB em sectores de alta e média-alta tecnologia, por NUTS III, 2006



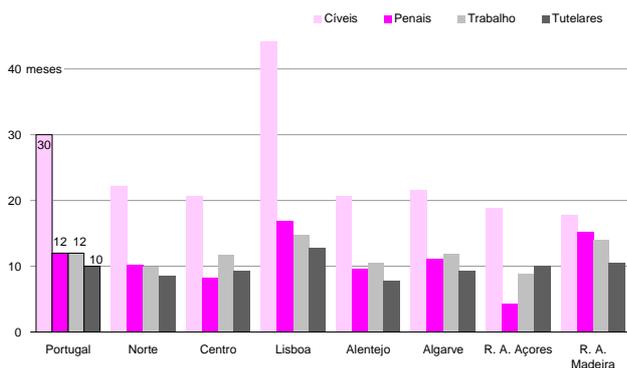
JUSTIÇA

Em 2006, os processos findos nos tribunais judiciais portugueses de 1ª instância tinham durado, em média, entre 10 meses (tribunais tutelares) e 2,5 anos (tribunais cíveis), verificando-se que os processos nos tribunais do trabalho ou penais tinham uma duração média de cerca de um ano.

A região de Lisboa registava as maiores durações médias de processos em todos os tipos de tribunais, com destaque para os processos nos tribunais cíveis cuja morosidade atingia, em média, quase 4 anos (44 meses). O Alentejo e a Região Autónoma dos Açores eram as regiões com maior celeridade na

resolução dos processos, nomeadamente nos tribunais penais da Região Autónoma dos Açores (duração média de 4 meses) e nos tribunais tutelares do Alentejo (8 meses).

Duração média dos processos findos nos tribunais judiciais de 1ª instância, por NUTS II, 2006



Em 2006, 65% dos 107 267 arguidos nos tribunais de 1ª instância portugueses foram condenados. A maior proporção de condenações verificou-se nas sub-regiões do Alentejo, nomeadamente Alentejo Litoral (83%), Alto Alentejo (77%) e Baixo Alentejo (74%), mas também na Região Autónoma dos Açores (78%) e no Algarve (73%). A proporção de arguidos condenados apresentava os valores mais baixos do país na região Norte, e em particular nas NUTS III do Litoral - Entre Douro e Vouga (56%), Cávado (57%) e Grande Porto (59%) - e no Médio Tejo (60%).

Proporção de arguidos condenados nos tribunais de 1ª instância, por NUTS III, 2006

